



ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS EXCEPCIONAIS DE NOVA IGUAÇU

ACENI

CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2017

SÃO VICENTE (SP)

C.N.P.J. 01.476.404/0001-19

Balanco Patrimonial - 2018
(Em reais)

| ATIVO | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|----------|----------------------|----------------------|
| Ativo Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.2(a)/3 | 183.818,38 | 305.599,93 |
| Remuneração de Convênio a Receber | 2.2(b)/4 | 27.701.898,02 | 21.891.762,20 |
| Estoques | 2.2(i) | - | 59.644,42 |
| Impostos a Recuperar | 2.2(c)/5 | 2.043,05 | - |
| Outros Valores a Receber | 2.2(c)/6 | 20.788,62 | - |
| Total do Ativo Circulante | | 27.908.548,07 | 22.257.006,55 |
| Ativo não Circulante | | | |
| Ativo Imobilizado | | | |
| Imobilizado em Uso | - | - | - |
| Depreciação Acumulada | - | - | - |
| Intangível | | | |
| Bens Incorporáveis | - | - | - |
| Total do Ativo Não Circulante | | | |
| Total do Ativo | | 27.908.548,07 | 22.257.006,55 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado do Exercício - 2018
Em reais

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|--------|------------------------|-----------------------|
| Receitas Operacionais | | | |
| Receitas com Atividades de Saúde | | | |
| Contrato de Gestão 001/2017 | | 27.391.172,82 | 1.294.741,91 |
| Subvenção, Convênios e Termos (-) Deduções da Receita | | - | - |
| Receitas Institucionais | | | |
| Subvenção, Convênios e Termos | | - | - |
| Receitas com Doações | | - | - |
| Receitas Financeiras | | 3.414,03 | - |
| Outras | | - | - |
| Gratuidades Saúde | 11 | 36.580,93 | - |
| Gratuidades Assistência Social | | - | - |
| Voluntariado | | - | - |
| (-) Deduções da Receita | | - | - |
| (=) Total das Receitas | 2.2(g) | 27.431.167,78 | 1.294.741,91 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas com atividades Saúde | | | |
| Despesas com pessoal | | (841.874,47) | - |
| Despesas com material | | (2.112.993,79) | - |
| Despesas com prestação de serviços | | (24.417.888,44) | (1.293.851,81) |
| Despesas administrativas e gerais | | (2.126,92) | (824,30) |
| Despesas com atividades ambulatoriais | | - | - |
| Despesas com pessoal | | - | - |
| Despesas com material | | - | - |
| Despesas com prestação de serviços | | - | - |
| Despesas administrativas e gerais | | - | - |
| Despesas com atividades institucionais | | - | - |
| Despesas com pessoal | | - | - |
| Despesas com material | | - | - |
| Despesas com prestação de serviços | | - | - |
| Despesas com doação | | - | - |
| Despesas administrativas e gerais | | - | - |
| Despesas financeiras e bancárias | | (19.703,23) | (65,80) |
| Gratuidades concedidas | | - | - |
| - Saúde | 11 | (36.580,93) | - |
| Gratuidades concedidas | | - | - |
| - Assitência social | | - | - |
| Voluntariado | | - | - |
| Perda no imobilizado | | - | - |
| Outras | | - | - |
| Total das despesas | 2.2(g) | (27.431.167,78) | (1.294.741,91) |
| Superávit (Déficit) do exercício | 2.2(g) | | |

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa Metodo Indireto - São Vicente
Em Reais

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|---------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado do Exercício | - | - |
| Ajustes: | | |
| Depreciação e Amortização | - | - |
| Redução / (Aumento) de Remuneração de Convênio a Receber | (5.810.135,82) | (21.891.762,20) |
| Redução / (Aumento) de Estoques | 59.644,42 | (59.644,42) |
| Redução / (Aumento) de Impostos a recuperar | (2.043,05) | - |
| Redução / (Aumento) de Outras contas a receber | (20.788,62) | - |
| (Redução) / Aumento de Fornecedores | 1.095.278,98 | 147.524,82 |
| (Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas | 15.145,43 | - |
| (Redução) / Aumento de Provisões Trabalhistas | 36.484,70 | - |
| (Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais | 243.272,61 | 27.359,64 |
| (Redução) / Aumento de Recursos da Entidade Pública | 4.261.359,80 | 22.082.122,09 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | (121.781,55) | 305.599,93 |
| Caixa líquido das Atividades de Investimentos | | |
| Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa | (121.781,55) | 305.599,93 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 305.599,93 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 183.818,38 | 305.599,93 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

| | 2018 | 2017 |
|--|----------------------|------|
| Contrato de Gestão 001/17 de 25/10/2017: | | |
| Valor contratual de repasse | 23.376.864,00 | - |
| Utilização de Recursos - 2017 | (1.294.741,91) | - |
| Utilização de Recursos - 2018 | (25.077.302,84) | - |
| Repasse excedidos ao valor do contrato de gestão | 4.997.223,24 | - |
| Saldo do Contrato de Gestão | 2.002.042,99 | - |
| 1º aditivo de 07/11/2018 | 29.221.080,00 | - |
| Utilização de Recursos - 2018 | (4.879.641,10) | - |
| Saldo a Realizar em 31/12/2018 | 26.343.481,89 | - |

11. BENEFÍCIO DO CEBAS
A ACENI possui o Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social - CEBAS, conforme portaria 118/2015, item 39 de 30/11/2015, publicada no Diário Oficial da União de 02/02/2015 com validade de 02/12/2015 a 01/12/2018; o qual permite que se beneficie do não pagamento da cota patronal do INSS e PIS s/salários.

Em 23/11/2018 foi efetuado novo requerimento conforme protocolo nº 25000.202638/2018-41. Deve a associação realizar consulta jurídica para que os valores totais de benefício patronal estejam em consonância com a real participação e composição contábil.

No exercício de 2018, o montante beneficiado pelo impacto do CEBAS foi de **R\$ 36.580,93**

12. COBERTURA DE SEGUROS
A entidade não mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade.

f) Imobilizado

Os bens cedidos através do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP), adquiridos através de doações ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público, conforme contrato de gestão.

Cabe a entidade administrar os bens móveis e imóveis.

Os bens cedidos através do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Cubatão (SP) não estão imobilizados devido a ausência de atribuição de valor na data base das transferências e por serem patrimônio municipal.

g) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. A entidade não apurou superávit ou déficit no exercício.

h) Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração da Entidade adota o procedimento de, quando existente, mensurar e provisionar contingências às causas impetradas contra a Entidade em função do risco de perda, baseada na classificação de risco e opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas.

A diretoria da ACENI afirma que não há quaisquer eventos contingenciais trabalhistas, fiscais, cíveis ou de qualquer espécie que possa afetar as demonstrações contábeis da instituição.

i) Estoques

Trata-se da compra de medicamentos e materiais hospitalares/laboratoriais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2018 | 2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Banco do Brasil - Conta Corrente 44741-2 | - | 305.599,93 |
| Banco do Brasil - Aplicação Financeira 44741-2 | 183.818,38 | - |
| | 183.818,38 | 305.599,93 |

4. REPASSES DO CONTRATO DE GESTÃO A RECEBER

Recursos financeiros a serem recebidos do contrato de gestão para a execução das atividades e serviços de saúde. Sendo que a entidade responsável pela aplicação dos recursos recebidos.

Contrato de Gestão 001/17 de 25/10/2017:

| | |
|--------------------------------------|----------------------|
| Valor contratual de repasse | 23.376.864,00 |
| Valores recebidos em 2017 | (1.485.101,80) |
| Valores recebidos em 2018 | (26.888.985,84) |
| 1º aditivo contratual de 07/11/2018 | 29.221.080,00 |
| Valores recebidos em 2018 | (1.519.181,98) |
| Saldo a receber em 31/12/2018 | 27.701.898,02 |

Valores repassados a maior do que o previsto em contrato no montante de **R\$ 4.997.223,74** foram contabilizados no passivo em "Recursos do Contrato de Gestão". Valores serão compensados durante o contrato vigente até 11/2019

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

ISS a recuperar referente pagamento indevido, conforme deferimento do processo 15442/2018 efetuado pela Prefeitura do município de São Vicente datado de 06/10/2018, totalizando o montante de R\$ 2.043,05.

6. OUTROS VALORES A RECEBER

Valor pago incorretamente por São Vicente referente a férias de funcionários do projeto Jaboatão dos Guararapes. Devolvido 08/01/2019, totalizando o montante de R\$ 20.788,62.

7. FORNECEDORES

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Materiais Hospitalares e Medicamentos | 260.126,97 | 59.644,42 |
| Serviços Médicos | 492.963,12 | 46.784,82 |
| Materiais e Serviços de Informática | 1.000,00 | - |
| Materiais e Serviços de Limpeza | - | 41.095,58 |
| Cessão de mão de obra | 367.529,95 | - |
| Serviços de assessoria e consultoria | 121.183,76 | - |
| | 1.242.803,80 | 147.524,82 |

Os valores correspondentes aos fornecedores correspondem a realidade das informações contábeis, dentro das regras estabelecidas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como suportados por documentos comprobatórios.

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|-------------------|------------------|
| IRF sobre notas fiscais de terceiros | 39.702,62 | 15.091,87 |
| ISS s/ notas fiscais de terceiros | 41.376,16 | 9.683,21 |
| INSS s/ notas fiscais terceiros | 19.635,00 | 2.584,56 |
| CSRF s/ notas fiscais de terceiros | 169.918,47 | - |
| | 270.632,25 | 27.359,64 |

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

| | 2018 | 2017 |
|---------------------|------------------|------|
| Salários a pagar | 11.065,91 | - |
| Encargos s/salários | 4.079,52 | - |
| | 15.145,43 | - |

10. CONTRATO DE GESTÃO A EXECUTAR

Os valores do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município de São Vicente (SP) foram registrados em uma conta do passivo, para serem destinados conforme o projeto orçado.

No mesmo grupo contábil no passivo, são lançados em conta redutora os gastos incorridos em cada exercício, como as despesas operacionais ligadas ao contrato de gestão.

MOIZES CONSTANTINO FERREIRA NETO
FUNÇÃO: DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 140.201.358-27 - RG: 20.870.384-6

ADVANCED CONTABILIDADE E APOIO ADM LTDA
CRC P.J.: 2SP036480/O-2
RT: DAVI CORDEIRO DE OLIVEIRA - CRC 1SP196158/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da Associação das Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu/RJ - ACENI - 001/2017 para as atividades de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços do Pronto Atendimento Francisco Geraldo Sampaio Feitosa, Hospital Dr. Olavo Hourneaux de Moura, Pronto Atendimento Parque das Bandeiras e Maternidade Municipal da Secretaria de Saúde de SÃO VICENTE.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação das Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu - ACENI ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. A entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social - CEBAS, o qual foi realizado os procedimentos de renovação em 2018 aguardando finalização das análises para sua utilização em 2019. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação das Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu - ACENI em 31 de dezembro de 2018, referente ao projeto apresentado, ressalvando que as mesmas ressalvas foram apresentadas em 2017:

- Os estoques devem ser avaliados pela aquisição e dimensionados pela dispensação dos produtos conforme necessidade de utilização, e, não foi possível a confirmação na sua totalidade em todos os contratos geridos pela entidade devendo apropriar critério de entrada, movimentação e dispensação de acordo com a legislação vigente e,

- Os controles dos itens que compõe o imobilizado gerenciado pela Organização Social os quais foram cedidos pelo contratante devem atender a critérios de identificação e valoração e que os mesmos sejam demonstrados ainda que em conta de compensação nas demonstrações contábeis da instituição.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras em destaque para aplicação da ITG 2002, Resolução 1409 do CFC e outras de regulamentação do terceiro setor, além da observância das normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e

mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria/para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não/com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Nova Iguaçu/RJ 19 de Janeiro de 2019